

**PRECONCEITO NO ENSINO E APRENDIZAGEM DA LÍNGUA
UMBUNDO: CASO DE ESTUDO DE UM COLÉGIO DO MUNICÍPIO
DO CAIMBAMBO – BENGUELA (ANGOLA)**

Adelino Tchendohamba Tchimbingo (I.S.P.M. - Benguela)

adveropereira@gmail.com

RESUMO

O preconceito linguístico é um fenômeno não meramente individual, mas também familiar, escolar e social. É um conflito que se registra entre as pessoas ou indivíduos vindos de zonas rurais e algumas peri-urbanas, e os indivíduos encontrados nas zonas urbanas que partilham o mesmo espaço escolar, sob influência de uma consciência virada mais para a valorização das línguas transcontinentais ou ocidentais de potências colonizadoras e das línguas comerciais mundialmente conhecidas, revelando-se serem o instrumento ou o produto de conhecimento universal, do ponto de vista da ciência e da tecnologia. O objecto de estudo desta pesquisa são fatores que estão na base do preconceito no ensino e aprendizagem da língua umbundu por parte dos alunos, professores, pais e encarregados de educação de um colégio do Município do Caimbambo – Benguela (Angola). É nossa intenção percebermos tais fatores para, a partir dali, propormos estratégias que ajudem a eliminar tal preconceito, pois entendemos que a manifestação da soberania do estado e a promoção da democracia passa pela valorização e preservação das línguas autóctones, enquanto símbolo de identidade cultural nacional, pelo que, torna-se necessário refletirmos sobre o estado das línguas nacionais em Angola, enquanto símbolo de identidade cultural nacional, de modo a encontrarmos estratégias exequíveis que visem a massificação do ensino das línguas regionais e nacionais, de modo geral e do umbundu, em particular bem como a eliminação do preconceito existente por parte dos alunos, das crianças, dos jovens e até mesmo de alguns adultos, partindo dos alunos, pais e encarregados de educação daquele colégio.

Palavras-chave:

Aprendizagem. Ensino. Preconceito.

ABSTRACT

Linguistic prejudice is not merely an individual phenomenon, but also a family, school and social phenomenon. It is a conflict that exists between people or individuals coming from rural and some peri-urban areas, and individuals found in urban areas that share the same school space, under the influence of a conscience focused more on the valorization of transcontinental or western languages of colonizing powers and world-known commercial languages, proving to be the instrument or product of universal knowledge, from the point of view of science and technology. The object of study of this research are factors that underlie prejudice in the teaching and learning of the Umbundu language on the part of students, teachers, parents and guardians of a College of Caimbambo – Benguela (Angola). It is our intention to understand these factors so that, from there, we propose strategies that help to eliminate such prejudice, as we understand that the manifestation of state sovereignty and the promotion of democracy involves the enhancement and preservation of indigenous languages, as

a symbol of cultural identity national, therefore, it is necessary to reflect on the state of national languages in Angola, as a symbol of national cultural identity, in order to find feasible strategies aimed at the massification of teaching of regional and national languages, in general and of Umbundu in particular, as well as the elimination of existing prejudice on the part of students, children, youth and even some adults, starting with students, parents and guardians of that college.

Keywords:

Learning. Prejudice. Teaching.

1. Introdução

O preconceito linguístico é um fenómeno não meramente individual, mas também familiar, escolar e social. É um conflito que se regista entre as pessoas ou indivíduos vindos de zonas rurais e algumas periurbanas, e os indivíduos encontrados nas zonas urbanas que partilham o mesmo espaço escolar, sob influência de uma consciência virada mais para a valorização das línguas transcontinentais ou ocidentais de potências colonizadoras e das línguas comerciais mundialmente conhecidas, revelando-se serem o instrumento ou produto de conhecimento universal, do ponto de vista da ciência e da tecnologia.

Essa visão e/ou mentalidade, foi imposta e deixada pelos países desenvolvidos consequência do processo de colonização aos países africanos sob jugo europeu, em como defesa dos interesses económicos e culturais daqueles, sob forma de criar um sistema de globalização linguística, sufocando a mente do homem africano voltado a ideia de cedência e recepção cultural, caindo assim na aceitação da superioridade das línguas ocidentais, prejudicando, assim, a sua própria identidade linguística e cultural abrindo espaço para a desvalorização, o desprezo e esquecimento dentro das suas comunidades.

Chamaram-nas de línguas caninas, no período antes independência, ideia essa que ficou marcada de forma negativa na consciência de muitos, sob forma de uma visão de aculturação psicológica, moral, social e linguística. É do nosso conhecimento que é inevitável a interferência ou a influência linguística e o consumo de culturas alheias, principalmente quando estas coabitam no mesmo espaço geográfico. Todavia, é importante que haja a preservação da nossa identidade linguística.

A dependência linguística ou cultural constitui uma preocupação social, económica e política de um país, sob o risco de cairmos na alienação das nossas raízes e riquezas culturais. É fato assente que as famílias

angolanas são maioritariamente bantu, com características linguísticas próprias. Na região sul, por exemplo, destaca-se o povo ovimbundu que na sua constituição familiar a língua predominante é o umbundu. Daí que essas famílias se identificam com a língua em estudo, embora muitos pais e encarregados de educação em ambiente familiar, não façam uso dela na comunicação diária com os seus filhos.

Os alunos, provenientes de pontos diferentes, ao serem inseridos num novo sistema escolar, deparam-se com uma realidade diferente dos níveis anteriores, reactivamente ao plano curricular que é também diferente. Os alunos vão à escola e se deparam com uma disciplina nunca antes estudadas, ouvidas ou vistas, que é o caso da disciplina de umbundo, que, embora seja a língua da região sul do país, é pouco usada entre as crianças, adolescentes e jovens, e o seu ensino ainda não está massificado nos diferentes subsistemas de ensino em Angola, apesar da abertura dada pela Constituição, no seu artigo 19º e pela Lei de Bases do Ensino em Angola, no seu artigo 9º.

Como consequência disso, muitos alunos chegam à escola sem bases da língua umbundu, o que torna difícil a sua aprendizagem, em detrimento das línguas já estudadas anteriormente. Esta dificuldade agrava-se pelo fato de as famílias não ajudarem nesse sentido, deixando a missão de ensinar exclusivamente para a escola.

Todavia, vale lembrar que a língua representa a identidade dos seus falantes e/ou povos. Criou-se no povo um pensamento de exclusão e pressão linguística decorrente da colonização e da pouca atenção que se dá ao ensino das línguas nacionais em Angola, na plataforma do processo de ensino-aprendizagem das línguas existentes no currículo escolar atual.

Em função desta realidade o aluno vai adquirindo atitudes ou comportamentos de fuga, rejeição e desinteresse pela língua nova, ao nível da sua compreensão e necessidade linguística, provocando, assim, o surgimento de um espírito preconceituoso da língua que não foi adquirida ou desenvolvida no seio ou no berço familiar desde a sua tenra idade.

No intuito de percebermos tal fenómeno e procurarmos estratégias que permitam ultrapassar e banir atitudes preconceituosas em relação as línguas nacionais, de modo geral e à língua umbundu, em particular, levantamos o seguinte problema: Em que medida o preconceito influencia no processo de Ensino e Aprendizagem?

Diante do problema levantado, formulamos as quatro questões científicas que apresentamos a seguir: “O que se entende por preconceito linguístico?”; “De que forma se manifesta o preconceito linguístico dos alunos, professores, pais e encarregados de educação em relação ao ensino e aprendizagem da língua umbundu?”; “De que forma o preconceito linguístico influencia no ensino e na aprendizagem da Língua Umbundu dos professores e alunos?”; “Que procedimentos metodológicos devem ser adotados para a irradicação do preconceito no ensino e aprendizagem da língua umbundu nos alunos, professores, pais e encarregados de educação dos alunos?”.

A justificativa da escolha do tema e elaboração do trabalho incide sobre o fato de entendermos que o principal elemento identitário de um povo é a sua língua, e, embora que na sua constituição familiar a língua predominante seja o umbundu.

Para a prossecução da nossa investigação, traçamos como objetivo geral, compreender os fatores que estão na base do preconceito no ensino e aprendizagem da língua umbundu nos alunos, professores, pais e encarregados de educação; e como objectivos específicos: definir preconceito linguístico: a) Analisar de que forma se manifesta o preconceito linguístico dos alunos, professores, pais e encarregados de educação, em relação ao ensino e aprendizagem da língua umbundu; b) Determinar de que forma o preconceito linguístico influencia no ensino e aprendizagem da língua umbundu dos professores e aluno; c) Propor os procedimentos metodológicos que devem ser adotados para a irradicação do preconceito no ensino e aprendizagem da língua umbundu nos alunos, professores, pais e encarregados de educação.

2. *História sobre a origem do povo ovimbundu*

Angola é um mosaico de grupos étnicos, cada um ocupando uma determinada zona do país, possuindo características próprias, desde a língua aos hábitos e costumes. Entre os grandes grupos étnicos existentes em Angola, encontramos o ovimbundu, grupo do qual faz parte o subgrupo tchisanji. Ovimbundu é um povo pertencente à família bantu, situado maioritariamente no centro Sul e litoral de Angola e tem como língua o umbundu.

Considerando o fato de o grupo ovimbundu ser parte de um povo maior, que é o bantu, podemos afirmar que este povo, outrora invasor,

caçador, provém do Norte de África, provavelmente da região, onde hoje encontramos as repúblicas da Nigéria e dos Camarões, respectivamente. Mais tarde, o ovimbundu viria a ser parte do reino do mbalundu, cuja formação como entidade nacional deu-se por volta de 1700, sob a égide do soma inene, Katiavala Bwila I, que no seu auge, abarcava as atuais províncias do Huambo, Benguela, Bié, além de uma pequena porção da Huila (Cf. Sungo, 2015, p. 26).

3. Língua, hábitos e costumes

Ovimbundo é o grupo etnolinguístico mais homogêneo e mais numeroso. Calcula-se que o seu número correspondesse a 1.500.000 pessoas. Os ovimbundu, de língua materna umbundu, nunca tiveram uma estrutura política central como os kikongo e os ambundo. No final do século XIX, e antes da ocupação efectiva portuguesa, estavam divididos numa dúzia de sobados, sendo o maior deles o bailundo. Mas, por outro lado, que se diga também que nunca estiveram profundamente divididos nem linguística nem politicamente.

Nobre (1935, p. 25) afirma que o umbundu é a língua falada pelos povos ovimbundu que habitam no interior de Benguela até às águas superiores do Cuanza e Cubango e são produto de cruzamentos entre as tribos bantu-kongo e bantu-lunda. Também são designados vananu (habitantes das terras altas). Seus dialetos diferenciam-se mais ou menos uns dos outros.

Os ovimbundu são defensores da sua cultura e da tradição, pois fixaram no seio do grupo o orgulho na conservação da língua, da tradição, dos usos e costumes, transmitidos estes para as gerações vindouras pela oralidade nos mais variados ritos que se realizam dentro da comunidade. Reverenciam os antepassados, pois foram eles que, durante a sua vida terrena, conseguiram garantir, para as gerações futuras, a herança e a continuidade cultural do seu povo. E nos momentos de alegria, de tristeza, de calamidades naturais e de qualquer outro infortúnio da vida é a eles que recorrem para que, com a sua sabedoria, possam auxiliar na resolução de qualquer situação de perturbação e de desordem, e na reposição da harmonia comunitária.

Para esse povo a agricultura, é o principal meio de subsistência, tendo a caça e a criação de gado como outros meios de produção local para o sustento do grupo. O milho é um dos produtos mais cultivados,

constituindo-se, desse modo, como o principal alimento da região (o pão de milho e da massambala).

4. Sobre o Preconceito

De acordo com o Dicionário Integral da Língua Portuguesa (2008, p. 1323), preconceito significa “conceito formado antecipadamente e sem fundamento sério”.

A palavra preconceito é etimologicamente constituída por duas partes diferentes: “pré”, que dá a ideia de algo anterior, antecedente, que existe de forma primária, primeira, precedente; e conceito, aquilo que se entende ou compreende em respeito de algo, derivado do latim *consep-tus*, que se refere à construção ideal do ser ou de objectos apreensíveis cognitivamente.

A ideia do preconceito refere-se, então, a um conceito feito de forma anterior ou antecedente à constatação dos fatos, utilizando-se de características julgadas universais, sendo atribuíveis a todos que se encaixam na categoria referida ou implícitas, e naturais ao objecto a que se dirige.

Nessa perspectiva, podemos considerar que o preconceito está inserido em todas as áreas da vida, sendo um artifício usado no convívio e nos momentos em que nos defrontamos com o não familiar, o desconhecido ou o diferente. Ele nos ajuda a nos situarmos em determinadas situações em que o estranho, ao apresentar uma ou outra característica familiar ou associável a experiências passadas ou herdadas por nosso meio de convívio primário, passa a ser considerado compreensível dentro do nosso entendimento individual.

Embora seja um artifício comumente usado em nossas experiências, o preconceito passa a se tornar um problema na medida em que significados pejorativos são atribuídos a outros indivíduos ou grupos, ou ainda situações de forma generalizada, sendo associados a traços étnicos, raciais ou sociais, julgando-os inerentes ao sujeito ou situação que se refere sem, no entanto, considerar suas particularidades.

No contexto mundial atual, o preconceito racial é o mais comum e o mais problemático em suas consequências. Uma delas é a segregação racial ou o racismo, que também está intimamente ligada a problemas sociais como a desigualdade, a violência e a pobreza.

5. O estado das línguas nacionais em Angola

As línguas nacionais de Angola pertencem a duas famílias diferentes: a primeira é a família das línguas “khoisan”, faladas pelos boximanes, caçadores recolectores; a segunda é família das línguas “bantu”, à qual pertence a maioria das línguas nacionais do país.

As línguas khoisan têm como característica principal a utilização de cliques. Elas são faladas por alguns milhares de locutores disseminados pela parte Sul de Angola e pertencem a dois sub-grupos linguísticos diferentes: o khoisan setentrional ou !khung e o khoisan central. As línguas bantu estendem-se por todo o território nacional, sendo algumas delas comuns a determinados países vizinhos.

Durante o período colonial, o uso das línguas indígenas estava praticamente circunscrito ao ensino do catolicismo. Contudo, a língua portuguesa não conseguiu fixar-se em todo o território devido à limitada utilização que as populações africanas dela faziam, principalmente nas zonas rurais, permanecendo as línguas indígenas, relativamente intactas.

Com a independência do país, algumas dessas línguas adquirem o estatuto de línguas nacionais, coexistindo com a língua portuguesa como veículos de comunicação e expressão, teoricamente em pé de igualdade. Com vista à valorização, utilização e promoção das línguas locais, o Instituto de Línguas Nacionais de Angola fixou normas ortográficas dos idiomas, tais como cômwe, kikongo, kimbundu, mbunda, oshikwanyama e umbundu, estudando os aspectos fonéticos, fonológicos, morfossintácticos, lexicais e semânticos. Os resultados deste trabalho de investigação serviram de base à elaboração de material didáctico para a futura introdução destas línguas no ensino primário, em paralelo com o português.

Nas mídias, as línguas africanas são também utilizadas, por exemplo, pela emissora de rádio Ngola Yetu (Nossa Angola, em kimbundu), que transmite diariamente programas e notícias em sete idiomas. Foram aprovados, a título experimental, pela Resolução nº 3/78, de 23 de Maio de 1987, do Conselho de Ministros, os alfabetos das línguas nacionais kikongo, kimbundu, umbundu, cômwe, oshikwanyama e mbunda e suas respectivas regras de transcrição.

6. Ensino das línguas em Angola e sua importância

O pressuposto, por exemplo, de que a língua é uma resposta automática a um estímulo e de que a aprendizagem se dá pela automatização dessas respostas vai gerar uma determinada abordagem para o ensino de línguas que será diferente da abordagem gerada pela crença de que a língua é uma actividade cognitiva e de que a aprendizagem se dá pela internalização das regras que geram essa actividade.

O método tem uma abrangência mais restrita e pode estar contido dentro de uma abordagem. Não se trata dos pressupostos teóricos da aprendizagem de línguas, mas de normas de aplicação desses pressupostos. O método, por exemplo, pode envolver regras para a selecção, ordenação e apresentação dos itens linguísticos, bem como normas de avaliação para a elaboração de um determinado curso. A única dificuldade nessas definições de abordagem, e de método, está na imprecisão histórica do termo “método”, já consagrado tanto no sentido amplo como no restrito (exemplo: o “método Directo”. que na verdade não é um método, mas uma abordagem).

Outro refinamento atual é a distinção entre aprendizagem e aquisição. Entende-se por aprendizagem o desenvolvimento formal e consciente da língua, normalmente obtido através da explicitação de regras. Aquisição é o desenvolvimento informal e espontâneo da segunda língua, obtido normalmente através de situações reais, sem esforço consciente.

Na aprendizagem, o enunciado tem origem na língua materna, podendo conscientemente passar para a segunda língua. Na aquisição, o enunciado já se origina diretamente na segunda língua. Não existe um termo abrangente para as duas acepções, embora a palavra “desenvolvimento” tenha sido sugerida por alguns teóricos. Pensamos que se deverá usar o termo aprendizagem quando se precisar dessa abrangência, que assim valerá tanto para aquisição como para aprendizagem propriamente dita.

Uma distinção que também precisa ser feita refere-se aos termos segunda língua e língua estrangeira. Temos o estudo de uma segunda língua no caso em que a língua estudada é usada fora da sala de aula da comunidade em que vive o aluno (exemplo: situação do aluno angolano que foi estudar francês na França). Temos língua estrangeira quando a comunidade não usa a língua estudada na sala de aula (exemplo: situação do aluno que estuda inglês em Angola). Para os dois casos, usa-se aqui como termo abrangente, a sigla L2 (Segunda Língua).

Apresentaremos, em seguida, duas abordagens – também tidas como métodos comuns no ensino das línguas. Primeira: Abordagem da Gramática e da tradução (AGT), conhecida tradicionalmente como “método”, a Abordagem da Gramática e da tradução tem sido a metodologia com mais tempo de uso na história do ensino de línguas, e a que mais críticas tem recebido. Surgiu com o interesse pelas culturas grega e latina na época do renascimento e continua sendo empregada até hoje. Embora em países desenvolvidos a sua utilização seja já de modo bastante esporádico, com diversas adaptações e finalidades mais específicas, em Angola, por exemplo, é a forma ou o método mais utilizado no ensino da língua portuguesa.

Basicamente a Abordagem da Gramática e da tradução consiste no ensino da segunda língua pela primeira. Toda a informação necessária para construir uma frase, entender um texto ou apreciar um autor é dada através de explicações na língua materna do aluno.

Os três passos essenciais para a aprendizagem da língua são: (a) memorização prévia de uma lista de palavras, (b) conhecimento das regras necessárias para juntar essas palavras em frases e (c) exercícios de tradução e versão (tema). É uma abordagem dedutiva, partindo sempre da regra para o exemplo. Esta mesma tendência está a ser transportada para o ensino das línguas nacionais, citando aqui o caso particular do umbundu, em que a grande preocupação dos professores, nas poucas escolas ou instituições educativas em que esta língua já aparece como disciplina, tem sido passar para os alunos as regras e os princípios que regem a língua, mais do que olhar para os elementos fundamentais do ensino de uma língua, as habilidades que realmente devem ser desenvolvidas nos alunos, tais como a prática da leitura (que abarca a compreensão e a interpretação textual), a habilidade comunicativa da oralidade e da escrita. Ou seja, sendo a preocupação do professor ensinar as normas da língua, o português – língua oficial e materna (para a maior parte dos alunos e, em alguns casos, para o próprio professor) – será a língua mais usada em sala de aulas.

Portanto, as aulas acabam sendo essencialmente aulas de português e nunca chegam a ser aulas em umbundu. Neste tipo de abordagem, a ênfase está na forma escrita da língua, desde os exercícios iniciais até a leitura final dos autores clássicos do idioma. Pouca ou nenhuma atenção é dada aos aspectos de pronúncia e de entoação. A origem da maioria das atividades da sala de aula está nos textos, de modo que o domínio oral da língua por parte do professor não é um aspecto crucial. O que ele precisa

mais é o domínio da terminologia gramatical e o conhecimento profundo das regras do idioma com todas as suas exceções. Saber responder prontamente a uma dúvida surgida em aula, ainda que usando a obscura exceção de uma regra, é mais importante do que saber pronunciar corretamente a mais simples das frases.

Segunda: Abordagem Directa (tradicionalmente “Método Directo”). A Abordagem Directa (AD) é quase tão antiga quanto a Abordagem da Gramática e da tradução. Ela surge como uma reacção a esta, seus primeiros indícios datam o início do século XXVI. Os defensores desta abordagem têm usado o caso de Montaigne, um famoso ensaísta francês, que já na década de 1530 aprendeu latim pelo Método Directo, como um exemplo do seu sucesso.

O princípio fundamental da Abordagem Directa é de que a L2 se aprende através da L2; a língua materna nunca deve ser usada na sala de aula. A transmissão do significado dá-se através de gestos e gravuras, sem jamais recorrer à tradução. O aluno deve aprender a “pensar na língua”. A ênfase está na língua oral, mas a escrita pode ser introduzida já nas primeiras aulas. O uso de diálogos situacionais (exemplo: “no banco”, “fazendo compras”, etc.) e pequenos trechos de leitura são o ponto de partida para exercícios orais (compreensão auditiva, conversação “livre”, pronúncia) a exercícios escritos (preferencialmente respostas a questionários). A integração das quatro habilidades (na sequência de ouvir, falar, ler e escrever) é usada pela primeira vez no ensino de línguas. A gramática, e mesmo os aspectos culturais da L2, são ensinados indutivamente. O aluno é primeiro exposto aos “fatos” da língua para mais tarde chegar a sua sistematização.

O exercício oral deve preceder o exercício escrito. A técnica da repetição é usada para o aprendizado automático da língua. O uso de diálogos sobre assuntos da vida diária tem por objectivo tornar viva a língua usada na sala de aula. O ditado é abolido como exercício. A Abordagem Directa apesar do seu prestígio e apoio oficial teve sempre dificuldade de se expandir. Ou melhor, por não ter os pré-requisitos linguísticos exigidos (fluência oral a boa pronúncia) ou por não possuir a resistência física necessária para manter a ênfase na fala durante várias horas diárias, o professor, após o entusiasmo inicial com a Abordagem Directa, acabava sistematicamente regredindo a uma versão metodológica da Abordagem da Gramática e da Tradução.

O antagonismo entre a Abordagem Directa, defendida pelos metodólogos e a Abordagem da Gramática e da Tradução, empregada pela maioria dos professores na prática, parece mostrar uma luta constante que perpassa todo o ensino de línguas através das mais diferentes abordagens e métodos. O desabafo de Gatenby atesta do lado dos metodólogos essa batalha aparentemente inglória com os professores: Gatenby, procurando fundamenta a importância do mesmo, diz que a recusa de gerações de professores e administradores escolares em se beneficiar dos experimentos bem sucedidos e das teorias comprovadas do passado é em arte um exemplo da perversidade humana: as pessoas negam-se a escolher o certo, o melhor ou o que é bom quando isso lhes é mostrado (Cf. Leffa, 1988, p. 211-36).

Agora, olhando directamente para o ensino das línguas em Angola, importara realçar que Angola é um país multilíngue onde coabitam línguas de várias origens: africanas, europeias e asiáticas. As línguas africanas faladas em Angola são de origem bantu e khoisan e são faladas como línguas maternas para a maioria dos angolanos especialmente nas zonas suburbanas e rurais. São línguas dos ritos de passagem, dos ritos de casamento, de evocação dos antepassados e de uso no funcionamento da estrutura tradicional local.

Segundo a Constituição da República de Angola (Art. 19), “a língua oficial da República de Angola é o português” e “o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional”. Este Artigo da Constituição coloca em evidência e em privilégio o português como a única língua oficial, colocando as demais línguas africanas (que são a maioritárias) como as menos privilegiadas. O termo “oficial” significa muito em contextos políticos porque é a língua que é ou será a matriz da nação.

Angola é um país lusófono por causa da língua oficial que adotou. A ideia de “nacionalizar” o português tem seus aspectos positivos quando se fala de um território onde convivem mais de duas dezenas de línguas. A segunda parte do Artigo 19º diz: “O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola”. Vê-se neste Artigo aspectos meramente teóricos pelo facto de não existir, até então, provas do que o mesmo diz.

O preconceito linguístico e a falta de vontade política para o efeito constituíram e ainda constituem, em certa medida, obstáculos que impe-

dem a efetivação desta parte. A implementação da valorização deveria provir do Estado por meio de adoção de políticas contundentes para o uso real, para o ensino, expansão e protecção desse património imaterial da humanidade.

7. O lugar da língua umbundu no sistema de ensino em Angola

Segundo Ndombele (2017, p. 74), o sistema educativo de Angola teve como ponto de partida o sistema educativo colonial que influenciou na criação de políticas educativas do governo angolano desde a primeira reforma após a independência (1977) e da segunda reforma promulgada através da Lei nº 13/01 de 2001. Significa que o modelo de ensino em Angola tem sido uma cópia do modelo português e a língua privilegiada sempre foi e ainda é o português, herança linguística do colonizador.

Com o advento da independência nacional de Angola, a língua portuguesa assume um estatuto de grande relevância ao ser constituída como a única língua oficial do país, como a língua prioritária no sistema de ensino angolano, suplantando assim as línguas locais cuja expansão e divulgação passaram então a depender da promoção e do apoio do governo angolano, de acordo com o Artigo 19º, da Lei Constitucional Angolana e da possibilidade de o ensino ser ministrado em línguas nacionais, aberta pela Lei de Bases, no ponto 3 do seu artigo 9º.

8. Para resgate e valorização das Línguas Nacionais

Em “havemos de voltar”, o poeta, médico e estadista angolano Agostinho Neto sublinha a importância da cultura africana, e angolana em particular. Assim, o autor desse poema faz um jogo rítmico que lembra uma canção, um hino. Neto demonstra, no poema, a vontade de voltar às origens, utilizando termos próprios do vocabulário dos povos bantu, como: marimba, kissange e mulemba. A esperança do poeta estava alicerçada na crença da libertação da cultura ante o sistema colonial, para a independência nacional. Entendemos que a valorização da cultura de um povo começa pela valorização da(s) sua(s) língua(s). Quer isto dizer que, para o caso de Angola, é imperioso que se comece um processo intensivo de resgate e valorização das línguas nacionais para, em seguida, ascendermos à valorização da cultura nacional como um todo.

Para a efectividade do processo de resgate e valorização das línguas nacionais torna-se necessário a reunião de forças, ou seja, o envolvimento de todas as forças vivas da nação, começando pelo aparelho governativo que dita as políticas educativas do país, descendo para o setor da educação, por intermédio das escolas e dos professores responsáveis pela elaboração e execução dos programas de ensino, atingindo a própria sociedade que poderá intervir através das famílias, das igrejas e das comunidades.

Na constituição da 4ª República, lê-se: “O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional”. Na Lei de Bases do sistema de educação, no seu Artigo 9º, muito concretamente no ponto 2, lê-se: “O Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização e do ensino das línguas nacionais, sem prejuízo do nº 1 do presente artigo, particularmente no subsistema de educação de adultos, o ensino pode ser ministrado nas línguas nacionais.”.

9. Conclusões

A palavra preconceito é etimologicamente constituída por duas partes diferentes: pré, que dá ideia de algo anterior, antecedente, que existe de forma primária, primeira, precedente; e conceito, aquilo que se entende ou compreende em respeito de algo, derivado do latim *consep-tus*, que se refere à construção ideal do ser ou de objectos apreensíveis cognitivamente. Em nosso entender, preconceito linguístico é o conceito primário que se tem de uma língua, que dá lugar a um juízo de valor negativo, de reprovação, de repulsa ou mesmo de desrespeito às variedades linguísticas de menor prestígio social.

O preconceito linguístico manifesta-se, fundamentalmente, pelo desinteresse manifestado pelos alunos, pelo elevado absentismo dos alunos nas aulas de umbundu e pelo contacto limitado com a língua na sala de aula. Os fatores que estão na base da existência de tal preconceito linguístico são, fundamentalmente, o desconhecimento do valor cultural da língua umbundu, a ideia errónea inculcada pelo colonizador de que as línguas de Angola eram línguas de cães e a associação pejorativa que se faz do falante do umbundu ao atraso, na cadeia evolutiva da sociedade.

Segue-se a estes outros factores como a não valorização da língua umbundu e a aversão dos pais e encarregados de educação, em relação às línguas nacionais.

A existência do preconceito linguístico em relação ao umbundu por parte dos professores dificulta o processo de ensino e aprendizagem desta língua, uma vez que poderá inibir tanto o professor como o aluno, fazendo que aquele tenha dificuldades de ensinar, pois não se sente à vontade e psicologicamente disponível para o fazer; e este tenha dificuldades de aprender, pois lhe falta a motivação quer intrínseca, quer extrínseca.

10. Recomendações

Diante das conclusões tiradas relativamente ao preconceito linguístico em relação à língua umbundu por parte dos alunos e professores, no intuito de contribuímos para o combate de tal preconceito, recomendamos o seguinte: Que se crie um instrumento legal que valorize mais as línguas nacionais; que se insira as línguas nacionais como disciplina, nos planos curriculares dos diferentes subsistemas de ensino existentes no país; que se promova a produção de obras literárias e outras bibliografias em línguas; que se massifique o ensino-aprendizagem das línguas nacionais, no país, a partir dos nacionais: primeiros níveis de escolaridade; que se atribua às línguas nacionais um estatuto que se equipara ao da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- RUIZ DE ASÚA. Cultura tradicional Bantu, 1. ed. Secretariado Altuna Raul Ruiz de Arquidiocesano de Pastoral. Luanda, 1993.
- ANGOLA, Constituição da República de Angola. Imprensa Nacional Luanda. 2010.
- ANGOLA, Lei 13 de Bases do Sistema de Educação. Luanda, 2001.
- ANGOLA, Lei 17 de Bases do Sistema de Educação. Luanda, 2020.
- CANDAU Vera Maria Ferrão, Educação escola e Cultura(s): construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação*, 2003.

CHOMBELA, Pedro Gabriel, (K')ondjembo. elementos epistemológicos do éskaton antropológico na paideia “Hanha” entre os Ovimbundu, 1. ed. viverein, Roma, 2013.

FERRAZ, M. J, *Ensino da lingua materna*. Lisboa: Caminho, SA, Nzila, Lda, 2006.

GIL, António Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: St ed., Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, v. 14, n. 50, p. 27-38, Rio de Janeiro, jan./mar. 2006.

JUND, Sérgio Conceilos. *Normas, Técnicas e Procedimentos: teoria 50 questões*, 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LAMAS, Estela Pinto Ribeiro *et al.* *Dicionário de Metalinguagens da Didáctica*. Porto: Porto, 2000.

LEFFA, Vilson José. Metodologia do ensino de linguas. In: BOHN, H.I.; VANDRESEN, P. *Tópicos em linguística aplicada: O ensino de línguas estrangeiras*. Florianópolis: UFSC, 1988.

LIBÁNEO, José Carlos. *O processo de ensino na escola*. São Paulo: Cortez, 1994.